



No Teatro de arena do Centro de Convenções, nunca houve atividade que mobilizasse a comunidade. Foto Mila Petrillo.

Arquiteto retoma a cidade e brasilienses questionam

MILA PETRILLO

MARIA DO ROSARIO
CAETANO
Da Editoria de Cultura

Difícilmente encontraremos, em Brasília, alguém que a ame com a intensidade de José Carlos Coutinho, um gaúcho de 51 anos, arquiteto, professor da UnB, ex-presidente do IAB-DF (Instituto dos Arquitetos), radicado aqui desde 1968.

É em nome desta enorme paixão pela cidade (que ele acompanha como cidadão participante) que fomos ouvir suas opiniões sobre o momento em que Brasília é retomada por um de seus criadores, o arquiteto Oscar Niemeyer. Vale lembrar que, ao assumir o Governo do Distrito Federal, José Aparecido prometeu "governar a cidade com os olhos de Niemeyer". Naquele mal, há quase um ano atrás, Coutinho comentou com amigos: "as mudanças virão e o governador Aparecido nos traz esperanças. Só espero que ao invés de governar a cidade com os olhos de Niemeyer, ele a governe com os olhos dos brasilienses". E explicou: "Brasília pertence à sua população, que a conquistou num momento muito duro. Portanto, ninguém melhor que seus moradores para opinar e dizer o que querem. E, portanto, com os olhos dos brasilienses, que José Aparecido deve governar Brasília".

Ninguém deduz, porém, que Coutinho tem algo contra a (ou) presença de Oscar Niemeyer na cidade. Antes de qualquer declaração, faz questão de registrar: "Niemeyer é um dos maiores arquitetos do mundo. Sua importância para o Brasil é similar à de Cândido Portinari e Heltor Villa-Lobos. Falar mal de Niemeyer pode até parecer atitude despeitada".

Como brasiliense apaixonado como Coutinho, porém, não se furta a comentar a retomada de Brasília empreendida por Oscar Niemeyer, apoiado no governador José Aparecido e no secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães. Esta "retomada", noticiada por jornais e revistas brasilienses e estrangeiros, começou com as obras da Cívlovia, e prosseguiu com projetos que estão, hoje, em andamento: a construção do Panteão Tancredo Neves; a reforma da Catedral, a retirada dos mármore da fachada do Palácio da Justiça, o projeto de construção do Centro Nacional de Cultura, agregado à sede do MinC; e a construção em Taguatinga e Gama, de casas de banho para motoristas de táxi.

O caráter secundário de muitas destas obras e o fato de serem retomadas, neste momento, atendendo a validades de Oscar Niemeyer, escorado na fama internacional de seu nome são assuntos correntes na cidade. Arquitetos jovens e artistas, em especial, têm reclamado da pouca atenção dispensada às cidades-satélites. Enquanto no Plano Piloto se arranca mármore da fachada do Palácio da Justiça, na Ceilândia, 45 famílias, vítimas da erosão no Setor "P", são abrigadas em minúsculas salas de um CSD (Centro de Desenvolvimento Social).

DEVOLUÇÃO A NIEMEYER

A entrevista de Coutinho contou com colaboração valiosa: a de Luís Humberto, 51 anos, ex-diretor da Fundação Cultural do DF, fotógrafo, professor da UnB e arquiteto. Amigos (unidos pela mesma paixão por Brasília e pela UnB) estes dois pioneiros (Humberto está na cidade há 25 anos e Coutinho, há 18) falam das mudanças ora verificadas em Brasília. Coutinho, com seu equilíbrio e suas ponderações, sem nunca perder o senso crítico. Luís Humberto, com sua ironia, malícia, e senso crítico cortante.

— Como vocês vêem esta "devolução" da cidade a Niemeyer?

Coutinho: Sempre lamentamos a maneira bruta como Oscar e Lúcio (Costa) foram afastados da cidade. Os governos militares, ao tomar tal atitude, agiram de forma desrespeitosa e arbitrária. Isso, porém, não significa que a cidade tenha que ser devolvida a eles. Nem a eles, a ninguém. Brasília pertence à sua população, que a



José Carlos Coutinho: "O brasiliense conquistou sua cidade em momento de autoritarismo. Ficou aqui e fez de Brasília mais que uma urbis e civitas, uma polis". Foto Mila Petrillo.

conquistou em momentos muito duros. Ninguém, portanto, melhor que a própria população para opinar sobre mudanças e prioridades. Não há dívida a ser resgatada pelos criadores de Brasília. Como eles, muitos e muitos brasileiros foram vítimas do autoritarismo e, nem por isso, estão aí cobrando. Para mim, Oscar e Lúcio são bem-vindos em qualquer circunstância, desde que isso não implique em exclusividade de trabalho. Há toda uma geração de arquitetos, muitos formados na UnB, que disputa espaço para mostrar sua competência. Por isso, em muitas oportunidades, defendemos concurso público. Reforço, porém, que temos pelos dois o maior respeito e que, ambos, tiveram papel importante na nossa formação profissional.

Humberto: A cidade não pode ser recuperada a partir do resgate de obras individuais. Hoje, o País e a população, inteiros, reclamam dos anos de autoritarismo, quando fomos sufocados. Então, Oscar e Lúcio não foram os únicos injustiçados. O governador José Aparecido tem que ter consciência disso. Defendo a idéia de que o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) deve gerenciar concursos públicos, para se evitar o patronato cultural.

— Das obras de Niemeyer postas em execução neste momento, quatro atendem ao Plano Piloto e só uma, simples casas de banho, atende às satélites. Como você vê esta questão?

Coutinho: Não acho correto colocar o antagonismo "obras no Plano Piloto versus obras nas satélites". Esta colocação me parece demagógica e incorreta. É errado dizer que por causa da Cívlovia se deixou de construir moradias populares nas satélites, uma vez que o dinheiro que falta para atender às necessidades das populações menos favorecidas do DF não é, necessariamente, gasto no Plano Piloto. Há que se cuidar do PP e das satélites, simultaneamente, estabelecendo graus de prioridade. A Cívlovia, por exemplo, foi uma obra barata e importante, pois recuperou áreas apropriadas indevidamente. Quanto às "casas de banho" para motoristas de táxi, nas satélites, tenho para mim que são uma concessão política à opinião pública, já que tal obra não foi solicitada. Definisse, de cima para baixo, que os motoristas queriam isso.

Humberto: Esta questão do Centro Nacional da Cultura e da sede do MinC resulta do fato de o Ministério não ter Programa, mas já ter Arquitetura. Quem definiu que o MinC deve vir aco-

plado a um Centro Nacional de Cultura? Por enquanto, o que se pode depreender deste projeto é que trata-se de mais uma obra gigantesca, além de prematura. Mas afinal, cada faraó tem a pirâmide que merece. Quem disse que Brasília precisa de mais um conjunto arquitetônico? O Centro George Pompidou de Paris nasceu depois de dois milênios de história, enquanto Brasília tem 25 anos e mal vividos. E há aberrações graves. No período que passei na Fundação Cultural, tive que enfrentar problemas sérios como discutir com a população de Taguatinga, a gestão de um auditório de escola transformado em teatro. Brigava-se por esta migalha, já que a cidade, de 600 mil habitantes, não dispõe de um teatro sequer, independente da rede escolar. Enquanto isto, o PP conta com uma rede de equipamentos, ditos culturais, espantosa.

— Frente a tal quadro, deve-se investir em "caprichos" como a retirada de mármore da fachada do Palácio da Justiça e na conclusão da Catedral?

Coutinho: É preciso lembrar que a Catedral conta com recursos privados em sua recuperação. Com este atenuante, só nos resta esperar que ela seja concluída e chegue à sua forma definitiva. Quanto à reforma do Palácio da Justiça, temos mesmo que admitir que não é prioritária. Num momento de dificuldade financeira, não podemos gastar recursos públicos para que se satisfaça um capricho. Se um dia, por exemplo, Volpi resolvesse retirar bandeirinha de um quadro seu, que entendesse estar sobrando, não deveria fazê-lo com recursos públicos.

— É possível gastar um milhão de cruzados na retirada de placas de mármore da fachada de um prédio?

Coutinho: Além de retirar os mármore, as colunas serão reconstruídas, para voltar ao projeto original. Tenho uma amiga que diz que o Palácio da Justiça é a "Beija-Flor de Nilópolis do Planalto".

— O que ela quer dizer com este comentário?

Coutinho: Ela dá sua opinião sobre o Palácio, que lembra, com suas cascatas, um clima de filme de Esther Williams, algo próximo à exuberância das escolas de samba. Quem compara o Palácio da Justiça com o Palácio dos Arcos (Itamarati) tem esta impressão. Já que este último é uma maravilha clássica, sóbria, um reencontro com o tempo grego.

— Como vocês encaram a

construção do Panteão Tancredo Neves, se na outra extremidade do Eixo Monumental está o Memorial JK? E sabido, na cidade, que o Memorial e os outros 12 ou 13 museus da cidade são pouquíssimo visitados. Para que, então, mais um museu?

Humberto: Brasília está a virando uma necrópole. Se continuar assim, acabará tornando-se a maior depositária brasileira de acervo fúnebre. Não sei porque criar mais museus, se nem os existentes cumprem sua função. O Memorial JK passa por dificuldades graves para se manter. Durante minha gestão na FCDF, muitas e muitas vezes recebi pedidos de auxílios dos dirigentes da instituição, que lutava para mantê-la funcionando. Além disso, temos que constatar que não havia necessidade de se erigir um museu para JK, uma vez que Brasília, em si, é um monumento ao seu implantador. Quanto a Tancredo, era melhor esperarmos que o tempo possibilitasse uma real aferição de seu papel histórico. Só o povo, com sua análise, poderá definir, se ele ficará na História.

— Coutinho: O Panteão tem um atenuante, já que está sendo construído com ajuda do Bradesco. Concordo que a homenagem a Tancredo Neves é merecida, mas apressada e superdimensionada. Por que dedicar obra de tal dimensão a um personagem de quem a História não fez a necessária decantação? Outro dado que me preocupa, no caso do Panteão em construção na Praça dos Três Poderes é a demolição do Pombal. Afinal, o "prendedor" tornou-se elemento da paisagem, carregado de simbolismo. Em momento como o da vitória na Copa do Mundo e os funerais de Tancredo, a população subiu no Pombal para conseguir melhor visibilidade. Vai sentir falta deste elemento já tão integrado na praça. E a demolição do Pombal acontecerá num processo de permuta que julgo equivocado. Tira-se outro elemento da Praça (o Mastro Monumental) que não está de acordo com a harmonia do local e traz simbologia que muitos querem esquecida, e em troca, o próprio Niemeyer retira uma obra sua. E a população? Ela não tem direito a opinar, de defender equipamentos que lhe são simbolicamente familiares?

— E a questão da erosão, que hoje atormenta 45 famílias de Ceilândia? A solução de Niemeyer para o local — um teatro grego — não agrudou à comunidade e nem teve tempo de ser executada. O que fazer para resolver problemas tão grave?

Coutinho: Os problemas das erosões de Ceilândia que causaram aquela enorme cratera são gravíssimos. É necessário lembrar que eles precedem a administração atual e que são resultado e reflexo da imprevidência das administrações públicas. Por isto, os problemas se avolumaram e hoje a solução tornou-se cara e difícil. Quanto ao Teatro Grego, creio que foi uma ironia de Niemeyer, um gesto lúdico, uma brincadeira. Não creio que ele levasse essa idéia a sério. Para um projeto de tal dimensão, a comunidade deve ser ouvida. Por isto, repito que Brasília não é mais um mero agrupamento populacional, não é só urbis e civitas, é polis. Por isto, acho que a questão dos museus está totalmente errada.

Humberto: Minha experiência na FCDF me mostrou de forma cristalina, que o fundamental é o processo cultural e não a produção em série de eventos que não deixam resíduos. Por isto, antes de construir qualquer novo espaço cultural, é preciso pensar, organicamente, a função dos equipamentos já existentes. O Centro de Convenções é subutilizado. Aliás, nasceu como Espaço Cultural e, sem função, foi vocacionado para convenções. Logo abaixo, vemos o espaço da Funarte, que se liga, ou melhor, se ligaria a alguma coisa, pois há enormes marquises em suas laterais. Só que estas marquises não nos conduzem a nada. Tenho o maior respeito por Oscar Niemeyer, mas há que se discordar da idéia de que a cidade está sendo retomada, recuperada. Na verdade, estão sendo recuperadas obras individuais.